

OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE MENINOS EM LIVRO DE LEITURA PRODUZIDO NA AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Raimunda Dias Duarte*

RESUMO

Neste estudo, busco analisar a política de educação de meninos na Amazônia republicana em livro didático. Para alcançar esse objetivo, tenciono entender as ideologias sobre a educação de crianças no final do século XIX e início do século XX na Amazônia e analisar os discursos sobre a educação de meninos no livro de leitura paraense *Compendio de Civilidade Cristã*, de Dom Macedo Costa, publicado no final do século XIX e reeditado no início do século XX. O estudo está ancorado nos estudos de Mikhail Bakhtin (2009 e 2010). Os dados mostraram que, no final do século XIX e início do século XX, a política de educação de meninos na Amazônia republicana, revelada no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*, tem como principal ideologia prescrever um modelo de menino paraense nos moldes da cultura francesa, considerada o berço da civilização. O comportamento do menino paraense é valorado com base nas ideologias que legitimam os usos e costumes europeus.

Palavras-chave: Livro de leitura. Educação de meninos. Análise do discurso.

* Graduada em Letras, Mestrado em Letras e Doutorado em Educação no programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. É professora do Campus da Abaetetuba da UFPA.

LOS DISCURSOS SOBRE LA EDUCACIÓN DE NIÑOS EN EL LIBRO DE LECTURA PRODUCIDO EN LA AMAZÔNIA EN EL FINAL DEL SIGLO XIX

RESUMEN

En este estudio, busco analizar la política de educación de chicos en la Amazônia republicana en libro didáctico. Para alcanzar ese objetivo, busco entender las ideologías sobre la educación de niños en el final del siglo XIX e inicio del siglo XX en la Amazônia e analizar los discursos sobre la educación de niños en el libro de lectura paraense *Compendio de Civilidade Cristã*, de Dom Macedo Costa, publicado en el final del siglo XIX y reeditado en el inicio del siglo XX. El estudio está anclado en los estudios de Mikhail Bakhtin (2009 e 2010). Los datos mostraron que, en el final del siglo XIX e inicio do siglo XX, la política de educación de niños en la Amazônia republicana, revelada en el libro de lectura *Compendio de Civilidade Cristã*, tiene como principal ideología prescribir un modelo de niño paraense bajo los moldes de la cultura francesa, considerada la cuna de la civilización. El comportamiento del niño paraense es valorado teniendo en cuenta las ideologías que legitiman los usos y costumbres europeas.

Palabras-clave: Libro de lectura. Educación de niños. Análisis del discurso.

INTRODUÇÃO

O Brasil da segunda metade do século XIX e do início do século XX é marcado por ideias civilizatórias cujos saberes e valores transmitidos pela escola visam formar condutas, modelar comportamentos por meio de padrões tidos como universalmente válidos. A escola assume, portanto, uma função civilizadora e utiliza o livro como principal instrumento de circulação das ideologias civilizatórias. O *Compendio de Civilidade Cristã*, objeto de estudo deste trabalho, é uma obra publicada nesse período. Trata-se de um livro escolar de leitura voltado para a educação cívica e cristã de meninos do ensino primário. A obra, de autoria de Dom Macedo Costa, teve sua primeira edição publicada em 1880. Utilizo neste trabalho a ‘edição nova’, publicada em 1915.

Por meio de discursos sobre prescrições e regulamentos disciplinares, o autor tenciona formar o menino paraense para habilidades, saberes, costumes e comportamentos considerados desejáveis à criança republicana. Mas, como se configurou a política de educação de meninos em livro didático publicado na Amazônia republicana? Para responder a essa questão, estabeleço como objetivo geral da investigação analisar a política de educação de meninos em livro didático publicado na Amazônia republicana. Para alcançar esse objetivo, tenciono entender as ideologias sobre a educação da criança no final do século XIX e início do século XX na Amazônia e analisar os discursos sobre a educação

de meninos no livro de leitura paraense *Compendio de Civilidade Cristã*, publicado em 1880 e reeditado em 1915.

O estudo está ancorado teórica e metodologicamente nos trabalhos desenvolvidos por Mikahil Bakhtin (2009, 2010).

O trabalho se constitui de duas seções: na primeira seção, discuto a importância do livro didático para a legitimação das ideologias a respeito da educação da criança no Brasil e, na segunda seção, analiso discursos sobre a educação de meninos no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*.

O LIVRO DIDÁTICO E AS IDEOLOGIAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NO BRASIL

No final do século XIX e início do século XX, o governo brasileiro impõe-se como instituição dominante e usa a escola como foro privilegiado de suas intenções, uma das quais é inserir o país na lógica econômica do desenvolvimento industrial da Europa.

Na produção do livro didático brasileiro, disputam duas ideologias que buscam manter-se e legitimar-se: a que valoriza os bens culturais importados da Europa, representada pela elite brasileira, que tenciona preservar os privilégios de uma sociedade hierarquizada e aristocrática (COELHO, 2011, p. 141), e a que busca desenvolver uma cultura nacional tanto na forma quanto no espírito (VERÍSSIMO, 1985, p. 54-5).

O Estado, como instrumento de controle, fundamentou suas ideias educacionais nas ideologias iluministas e civilizatórias. Esse é um momento histórico em que a elite brasileira quer ser europeia e busca importar as práticas culturais da Europa por meio de autores representantes da cultura das humanidades clássicas para que os alunos elitizados se tornem cidadãos do mundo “civilizado”, mesmo que essa cultura representada seja superficial (COELHO, 2011, p. 141).

Os representantes dessa ideologia defendem um nacionalismo voltado para o pertencimento das futuras gerações de letrados ao mundo civilizado ocidental. O livro didático se torna uma grande ferramenta de legitimação dessa ideologia. As vozes que se fazem ouvir nos livros de leitura estão impregnadas, sobretudo, da cultura francesa. Contudo, paralelamente ao ensino elitista, que busca tornar os filhos da elite sujeitos do mundo “civilizado”, há uma ideologia baseada nas ideias nacionalistas que valorizam a cultura nacional. Esta posição ideológica constitui uma resposta à cultura importada da Europa.

José Veríssimo¹ foi um dos grandes defensores de uma educação nacional que efetivamente tratasse de questões brasileiras que pudessem contribuir para o progresso da nação. O intelectual criticava o sistema de instrução pública do final do século XIX no Brasil, que não valorizava a sociedade e a cultura brasileira e que, portanto, perdia “toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo” (VERÍSSIMO, 1985, p. 53), por isso, estava longe de ser chamada de educação nacional.

O educador argumentava que os livros escolares de leitura traziam práticas civilizatórias importadas. Não bastava, portanto, instruir as crianças e a mocidade; era preciso educá-las no ensino cívico e moral voltado para as coisas do Brasil. Contudo, nas aulas de leitura não se tratava das coisas e dos temas nacionais, pois não convinham à formação das crianças e jovens, filhos de senhores de escravos da elite brasileira. Os temas que mais interessavam eram os que provinham da cultura europeia.

Aqui no Pará, D. Macedo Costa, em seu livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*, aborda temas relacionados aos comportamentos da criança à mesa, na hora de comer, de dormir, de brincar, e até de falar, nos moldes da cultura europeia, dando exemplos extraídos da cultura francesa, porque era essa a mentalidade que a elite queria inculcar na criança brasileira.

O discurso de Dom Macedo Costa, defendido ainda no Império (1880), estava em consonância com os debates que circulavam nas primeiras décadas do século XX (portanto, já na República) em torno da escolarização, cuja ideia central era transformar, por meio da escola, indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos (RIZZINI, 2004). O educador, como muitos intelectuais brasileiros, autores de livros didáticos, achava que a melhor forma de “civilizar” a criança e o jovem brasileiro era inculcar na mente deles as ideias importadas da Europa.

O projeto de educação nacional que atravessou o Império e norteou o pensamento político pedagógico ao longo da Primeira República exigiu a reconstrução dos fundamentos da educação escolar no Estado do Pará, em razão da transição de regime político do Império para a República, mas sempre afinado com as ideias político-pedagógicas que norteavam a educação nacional. A educação teve seus conceitos alterados por meio das ideias positivistas que circulavam no mundo.

¹ Professor, jornalista, diretor da Instrução Pública do Pará em 1891 (ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **José Veríssimo: raça, cultura e educação**. Belém: EDUFPA, 2007).

OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE MENINOS EM LIVRO DE LEITURA PARAENSE DO FINAL DO SÉCULO XIX

Nesta seção, analiso discursos sobre a educação de meninos no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*. Para isso, primeiro, discuto ideologia, alteridade e polifonia à luz dos pressupostos bakhtinianos; depois, analiso discursos sobre o modelo de menino que se pretendia ensinar no livro de leitura em estudo.

A TEORIA BAKHTINIANA; IDEOLOGIA, ALTERIDADE E POLIFONIA

Neste estudo, discuto o modelo de menino desejável no final do século XIX e início do século XX, a partir da análise dos discursos defendidos no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*. Para isso, evoco os pressupostos de Mikhail Bakhtin. Analiso a obra a partir de três categorias bakhtinianas: ideologia, alteridade e polifonia.

Ideologia

Bakhtin considera que o estudo da ideologia se articula com o estudo da linguagem porque as mudanças de ideologia provocam profundas modificações na língua. O signo se constitui ideologicamente por meio da interação social, então, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009, p. 36).

Para o teórico, o signo, além de ter uma natureza físico-material e sócio-histórica, possui um ponto de vista, um posicionamento social valorativo, uma dimensão avaliativa, determinados sócio-historicamente. Então, ele está marcado por uma época e por um grupo social determinado e possui um índice de valor social.

No discurso, a palavra constitui uma visão de mundo que está em contraponto com outras. Contudo, toda palavra se constitui a partir de outras palavras. Então, a língua, manifestada em interações sociais, não pode ser separada do seu conteúdo ideológico.

A alteridade

Bakhtin (2010), ao tratar do sujeito como um ser concreto, se assenta na estrutura do 'eu' moral, que se percebe único. Essa unicidade compele o sujeito a posicionar-se, a responder a ela, a realizar ações. O agir é em relação a tudo que não é 'eu', portanto, é em relação ao 'outro'. É, porém,

na contraposição de valores que as ações concretas efetivamente se realizam. Isto significa que o ‘eu’ para se constituir precisa do ‘outro’.

Então, a contraposição concreta **eu/outro** é um princípio constitutivo do ato realizado. Considerando que eu/outro é um universo de valores, então, o mesmo mundo, ao relacionar-se com o ‘eu’ ou com o ‘outro’, receberá valores diferentes. A interação exige uma tomada de posição em relação a valores. Logo, os nossos atos constituem gestos axiologicamente responsivos. A palavra tem papel fundamental nesse processo porque se constitui a partir de outras palavras. “Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre tem uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro” (BAKHTIN, 2010, p. 300).

O discurso é atravessado por diferentes pontos de vista e visões de mundo. Ele se constitui, portanto, de outros discursos. Por outro lado, o próprio discurso sobre determinado objeto também está voltado para o discurso dos outros sobre este objeto e se constrói levando em conta as atitudes responsivas, ou seja, o papel do outro.

Polifonia

Para Barros (1996, p. 36), polifonia constitui um tipo de texto em que se deixa perceber o dialogismo, ou seja, o texto em que se percebem muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, os quais escondem os diálogos que os constituem.

É no contexto ideológico que as múltiplas vozes emergem e se entrecruzam. O sujeito se apropria delas. Às vezes, dá um tom pessoal a elas. Outras vezes, as reproduz tais qual o discurso do outro. Por isso, Bakhtin/Volochínov defendem que o enunciado² é tecido polifonicamente por fios ideológicos de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009 p. 42). Os enunciados são espaços de luta entre vozes sociais. Porém, numa formação social, as vozes que circulam têm uma dimensão político-ideológica, pois circulam dentro do exercício do poder em que estão em jogo todas as relações de poder.

No texto, articulam-se falas que não são falas do autor (narrador), mas falas de outras pessoas, como se o diálogo do autor (narrador) pertencesse não só a ele, mas também, a várias outras pessoas. É justamente nisto que se constitui o princípio da polifonia (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2009). Considerando que o enunciado revela sempre pelo menos duas posições, a sua e aquela à qual se opõe, “a relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se do ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais” (FIORIN, 2008, p. 25).

² O texto em sua integridade viva, ou seja, nas relações sociais.

OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE MENINOS NO *COMPÊNDIO DE CIVILIDADE CRISTÃ*

O apogeu da borracha (1870 A 1910) trouxe grandes mudanças no quadro sócio-econômico, político e cultural da Amazônia. Os representantes clericais e políticos locais buscavam apresentar os caminhos para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região e trouxeram para a ordem do dia a ideia de civilizar a Amazônia.

Vainfas (2002, p. 143) defende que “a busca de civilização nos trópicos tornou-se poderosa ideologia de dominação de classe e de controle social de pessoas e comportamentos distantes dos modelos culturais europeus”. Ideologicamente, esse discurso é atravessado pela ideia de superioridade da cultura europeia sobre a cultura brasileira. Essas vozes sociais são apreendidas nos discursos de intelectuais brasileiros, principalmente autores de livros didáticos, como Dom Macedo Costa, que considera a cultura européia, representada principalmente pela França e a Inglaterra (“**paizes mais avantajados em civilização**”), superior à brasileira, como atesta no enunciado abaixo:

[1]

É a civilidade, no conceito de todos, um complemento indispensavel da boa educação. Seus principios e regras devem ser inculcados dilligentemente aos meninos, desde os mais tenros annos, e assim se costuma praticar nos **paizes mais avantajados em civilização**, d’onde resulta tornar-se a sociedade ali tão ecommendavel pela fina urbanidade, primorosa elegancia e nobreza do trato (COSTA, 1915, p. 7-8, grifo nosso).

Essa pretensa superioridade da cultura europeia envolve: “o nível da sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão de mundo, e muito mais” (ELIAS, 2011, p. 23). Inclusive, algumas das nações europeias, como a França e a Inglaterra (já citadas acima), postulam a sua importância para o progresso do Ocidente e da humanidade. A França se tornou referência em relação aos discursos civilizatórios constituídos no Brasil, cujas vozes sociais postulavam “o ininterrupto, embora gradual, avanço da humanidade para a civilização e o progresso, e a consequente eliminação de tudo o que fosse bárbaro ou irracional” (VAINFAS, 2002, p. 142).

A Europa representa uma cultura, um modo de ser, de comportar-se, de agregar conhecimentos “que buscará construir imagens da realidade, consideradas apropriadas para a criança” (BOTO, 2010, p. 4), cujos valores são inerentes à cultura letrada.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, as ideologias educacionais tencionam transformar o menino paraense em cidadão do mundo civilizado. A ideia de civilidade vem carregada de regras do bem comportar-se. Vainfas (2002, p. 142) mostra que, nesse período, civilidade significa “‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo o que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais

baixos”. Neste caso, há dois espaços bem delimitados: o espaço público da sociedade dos cidadãos em contraste com a “barbárie” dos que não foram civilizados.

Essa ideia de civilidade atravessa os discursos defendidos por Dom Macedo Costa no *Compendio de Civilidade Cristã*. Sobre as regras de civilidade em relação à postura do corpo, o educador prescreve:

[2]

— *Há mais regras ainda?*

— Há. Não tomes o costume de encurvar as costas, como fazem certos meninos que parecem velhos, costume até anti-higienico, pois damnifica ao peito; nem faças trejeitos e contorsões, que isso é bom para truões e palhaços; não gesticules demais, quando falas, como fazem algumas crianças de gênio demasiado vivo e petulante, nem te encostes nunca á parede, que é muito máo costume.

Estender negligentemente o corpo e os braços (vulgarmente espreguiçar-se) é muito reparado e de máo tom, e quem faz diante de companhia, dá logo triste cópia de sua criação. (COSTA, 2011, p. 19).

O enunciado [2] mostra uma ideia de civilidade postulada por D. Macedo Costa que perpassa pela polidez no meneio e na postura do corpo, cujo menino precisa aprender a ter uma postura elegante e um comportamento contido. Encurvar as costas, fazer trejeitos e contorções, gesticular demais, encostar-se a uma parede, espreguiçar-se, são comportamentos não aceitáveis a um menino polido e bem educado porque essa conduta, segundo o bispo, é característica do menino “truão”, “palhaço”, “mal educado”.

Nesta regra de civilidade, os valores estão muito bem definidos: o domínio de um padrão de comportamento considerado desejável ao menino bem educado, que envolve refinamento, respeito aos modos de comportar-se, abrandamento de costumes _ cujos discursos referendam as vozes das sociedades urbanas ditas desenvolvidas _ em contraste com o discurso que valoriza de forma negativa [“o genio demasiado vivo e petulante”] o comportamento dos meninos que não obedecem às regras do bem comportar-se. É o ‘eu’ (menino civilizado) que se constitui e é valorado a partir do ‘outro’(menino incivilizado, selvagem, bárbaro) (BAKHTIN, 2010).

O bispo defende que as regras de civilidade prescritas em seu livro de leitura são admitidas como leis entre as “nações cultas”, por isso devem ser obedecidas, mesmo que pareçam arbitrarias e convencionais (COSTA, 1915, p. 9). A exemplo, temos a regra de tirar as luvas para cumprimentar alguém, prescrita no enunciado [3] e a regra de tirar o chapéu, prescrita no enunciado [4], em que parece muito arbitrário e meramente convencional o menino, ao saudar alguém, tirar sempre o chapéu com a mão direita, abaixá-lo para o lado contra a coxa sem tocar nela e fazer a saudação de uma distância de cinco ou seis passos da pessoa que pretende saudar.

[3]

_ *Qual é a mão que se apresenta?*

_ Sempre a direita, tendo o cuidado de tirar primeiro as luvas, excepto se temos de dar a mão a uma senhora, para sustentá-la ao apelar da carruagem, ou em outras ocasiões semelhantes (p. 37).

[4]

_ *Como e quando se deve tirar o chapéu?*

_ O chapéu deve-se tirar com a mão direita, abaixando-o para um lado contra a coxa, mas sem tocar nella, e isto quando se está a cinco ou seis passos da pessoa a quem se quer saudar (p. 49).

O uso do chapéu, nos moldes da cultura europeia, era uma prática comum da elite paraense do final do século XIX e início do século XX, o que justifica a preocupação de Dom Macedo Costa de prescrever regras de civilidade sobre o uso desse adereço, que se tornava obrigatório no modelo de usos e costumes que se pretendia na Amazônia paraense.

A polidez da convenção, da aparência, da superficialidade, que subjaz à noção de civilidade do século XVII atravessa os discursos de Dom Macedo Costa, cuja conduta representa um lugar determinado: o espaço da elite paraense. O menino precisa ser moldado desde pequeno a esse padrão de comportamento de convivência social. É a preocupação com a aparência, com a reputação, que faz o ‘parecer’ sobrepujar o ‘ser’.

A cultura francesa se torna um modelo de civilidade no Brasil, manifestada na remodelação nos hábitos e costumes sociais, nas construções, etc. Alinhar Belém ao modelo de civilização europeia era um ideal almejado pela elite paraense, que buscava transformar a capital paraense num símbolo do progresso.

Durante o período de maior surto da economia da borracha (1870 a 1910), Belém se tornou um centro comercial, financeiro e político da região, tornando-se o principal porto de escoamento da produção do látex.

Para a sociedade urbana paraense, esse era um momento ideal para incutir na mente do menino da elite paraense usos e costumes de sociedades urbanas europeias, modelos de civilização.

No apogeu da *Belle Époque (1890 a 1910)*, a elite brasileira, que quer ser europeia, proclama um verdadeiro culto às artes, dispensa cuidado especial às roupas, aos gestos, aos costumes, aos modos. Pretende um “ideal de cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância” (COELHO, 2011, p. 145). O sujeito, nessa concepção de progresso e civilização, é concebido como um sujeito universal, modelado pelos usos e costumes europeus.

No padrão de conduta postulado pelo bispo, os comportamentos sociais do menino são valorados a partir de um lugar determinado: a sociedade urbana com elevado poder aquisitivo.

Nos enunciados [2] a [4], o intelectual defende a conveniência em relação à postura do corpo e aos modos de comportar-se e de vestir-se, cuja aparência indica, não apenas, as “qualidades” da

alma do sujeito, mas também, a sua classe (CHARTIER, 2004, p. 66). Esse discurso está em consonância com a política do ideário republicano postulado pela elite paraense do final do século XIX e início do século XX. A escola é a principal representante dessa ideologia, pois à ela cabe a grande função civilizadora de modelar o comportamento da criança. As regras de civilidade prescritas postulam “estratégias de controle, instauração, preservação e perpetuação de valores, de tradições de costumes existentes ou pretendidos por grupos em posição de poder na sociedade” (BOTO, 2010, p. 5). Esses grupos se constituem de uma elite formada por grandes comerciantes, seringalistas, profissionais liberais vindos de famílias ricas e formados em universidades europeias (SARGES, 2010, p.20), religiosos, funcionários públicos de alto escalão, entre outros. “As representações da *Belle Époque* de Belém da borracha, contingenciadas e condicionadas a Paris, haviam disseminado em meio às elites do látex o consumo de bens procedentes, agora, da França republicana” (COELHO, 2011, p. 146).

No apogeu da *Belle Époque*, os valores importados da Europa estavam estampados nos almanaques e revistas. Paris era considerada o “centro que irradiava o melhor padrão de comportamento em sociedade, especialmente na moda” (FIGUEIREDO, 2002, p. 338).

A marca do Positivismo, relacionada à ordem e ao progresso, estava presente no pensamento e nas práticas dos intelectuais paraenses do final do século XIX e início do século XX. O homem de letras de Belém está, nesse período, vinculado ao pensamento europeu sobre o progresso e a civilização. “Ciência e literatura eram pensadas como atributos e virtudes do sujeito social de um mundo novo, e no qual Progresso e Civilização revelavam-se como imperativos categóricos da História” (COELHO, 2011, p. 160).

Nas regras de civilidade sobre os modos de andar, prescritas por Dom Macedo Costa no enunciado [5], há uma preocupação com a conduta e com a postura do menino: o menino não deve andar nem devagar demais, nem depressa demais. O passo deve ser regular, natural, simples, com autoridade, gravidade e sossego. Então, nos discursos do intelectual, embalados pelo Positivismo, até no modo de andar, o menino paraense deveria demonstrar ordem e respeito e colocar a regra acima da arte. A aparência tem papel importante nesse momento em que os ideais republicanos postulam um menino modelado pelos costumes europeus. Então, nada de movimentos afetados, nada de movimentos violentos de rosto e nada de respiração ofegante.

[5]

— *Há alguns que são reprehensíveis por andar devagar, outros por andar depressa?*
— Há alguns [...] que, andando devagar imitam o gesto dos comicos, e o movimento das estatuas que se levam em triumpho, de sorte que todas as vezes que dão um passo, parece que observam certas e determinadas leis de movimentos affectados³.

³ AFFECTADO: que usa de affectação; fingido, não natural; sem singeleza e simplicidade (FARIA, 1858, I, p. 34).

Não me parece decente andar também a correr, excepto quando alguma grave causa ou necessidade o exige. Porque ordinariamente vemos os que andam depressa fazerem movimentos violentos de rosto, e com a fadiga respirarem desagradavelmente; o que parece mal e não é desculpavel sem que haja causa da pressa.

[...]

Deve ser o passo regular, deve ter auctoridade, gravidade, socego; sem cuidado nem affectação⁴, mas natural e simples; porque nada affectado agrada. Dirija a natureza o nosso movimento. Se nella houver algum defeito, emende-o a industria; ainda que falte a arte, não falte a emenda (p. 17-8).

Antônio Lemos, Intendente Municipal⁵ (1897-1911), considerado o responsável pela feição da *Belle Époque* que se viu em Belém (SARGES, 2002, p. 10), na virada do século XIX, faz investimentos significativos na modernização urbana da capital do Estado do Pará, promovendo a construção de avenidas, jardins, praças, monumentos e investindo nos serviços de saneamento e higiene. O Intendente tencionava “limpar” a cidade do que ele chamou de mendicância, forçando os grupos de baixa renda a sair do centro urbano. A partir do final do século XIX “o centro de Belém seria dominado por uma arquitetura refinada, elegante, eclética, na forma de construções que contavam, não raro, com arquitetos e matérias-primas procedentes da Europa.” (COELHO, 2011, p. 164).

Os trajes dos meninos ricos seguiam os padrões europeus (nos enunciados [3] e [4], os meninos usam luva, chapéu). Os rapazes aderiram ao figurino francês porque “mantinham a sisudez da monotonia da moda oitocentista masculina” (MAUAD, 2002, p. 142). Somente no final do século XIX foram permitidos aos meninos mais jovens os trajes claros de tecidos mais finos. Aos 12 anos, os meninos e as meninas já começavam a vestir-se como os adultos: os meninos largavam as calçolas e os vestidos das meninas ficavam mais compridos. O menino da sociedade aristocrática deveria comportar-se como um adulto.

CONCLUSÃO

Na Amazônia republicana do final do século XIX e início do século XX, a política de educação do menino (e da criança, em geral), revelada nos discursos defendidos no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*, tem como principal ideologia prescrever um modelo de menino paraense de acordo com os moldes da cultura francesa, considerada o berço da civilização. O comportamento do menino paraense é valorado com base nas ideologias que legitimam os usos e

⁴ AFFECTAÇÃO: cuidado demasiado e vicioso, atenção reprehensive; concerto, primor excessivo e estudado nas ações, gestos, palavras; desejo immoderado e ambicioso de alguma cousa; corrupção do estylo (FARIA, 1858, I, p. 34).

⁵ Chefe do executivo municipal (PARÁ, 1900).

costumes europeus.

As vozes sociais que se fazem ouvir nos discursos defendidos no livro de leitura sob análise representam a elite paraense, que busca, por meio da educação escolar, enquadrar o menino paraense no modelo de cultura européia. Esse menino é valorado como civilizado. Contudo, o menino que não se ajusta a esse modelo é considerado bárbaro, incivilizado, troão, palhaço, de gênio vivo e petulante. Isso mostra que, as vozes sociais que prescrevem o comportamento do menino paraense a partir da cultura europeia surgem como resposta aos discursos que legitimam o menino paraense que representa a cultura amazônica com todos os seus usos e costumes, mas que é valorado de forma negativa no livro de leitura *Compendio de Civilidade Cristã*.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahy e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto et. al. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba-PN: UFPR, 1996.
- BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 23, n. 2. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0871-91872010000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.
- COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. Escrito: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/sumario05.php>>. Acesso em: 25 maio 2015.
- COSTA, Antônio de Macedo. **Compendio de civilidade cristã**. Rio de Janeiro: Francisco Nova edição, Alves, 1915.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2 ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2011.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 317-346.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002
- RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na**

Amazônia Imperial. 2004. 453f. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_dout_ufrj_irma_rizzini.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Recebido em: 19/10/2016
Aprovado em: 20/12/2016